

R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

## PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL N° 446/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 013/2023 EDITAL N° 014/2023

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

DATA DA REALIZAÇÃO: 13 de MARÇO de 2023

HORÁRIO DE INÍCIO: 08h00min - Horário de Brasília (início do credenciamento).

SETOR INTERESSADO: SERVIÇOS MUNICIPAIS

- **2 LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Prédio Sede da Prefeitura**, localizada na Rua Cel. João Franco de Camargo, 90 Centro Jambeiro CEP 12.270-000. A sessão será conduzida pelo (a) Pregoeiro (a), com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº. **9.807/2022**. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento das empresas interessadas.
- **3 ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações da Prefeitura Municipal de Jambeiro** entrada pela Cel. João Franco de Camargo, 90 Centro Jambeiro CEP 12.270-000, e-mail: <a href="licitacao@jambeiro.sp.gov.br">licitacao@jambeiro.sp.gov.br</a>, telefone: 12 3978-2600. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet <a href="http://www.jambeiro.sp.gov.br">http://www.jambeiro.sp.gov.br</a>.

A **Prefeitura Municipal de Jambeiro** torna público que se acha aberta a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Este certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1377/2013, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores; Será regido também pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

As propostas deverão obedecer às especificações e exigências constantes deste instrumento convocatório.

Integram este Edital os anexos:

Anexo I - Recibo de Retirada do Edital;

Anexo II - Termo de Referência;

Anexo III - Proposta Comercial;

Anexo IV - Minuta de Contrato;

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Situação Regular Perante o Ministério do Trabalho;

A despesa está estimada em R\$ 1.817.900,00 (hum milhão oitocentos e dezessete reais e novecentos centavos).



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### 1 - CONSIDERAÇÃO INICIAL

**1.1.** - O objeto contratado em decorrência da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões do valor inicial, nos termos do artigo 65, § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.

#### 2 - PARTICIPAÇÃO

- **2.1-** Poderão participar deste pregão empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.
- **2.2** Não será permitida a participação de empresas:
- 2.2.1 Estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- **2.2.3-** Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Jambeiro, nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Impedidas de licitar e contratar nos termos do art. 7° da Lei 10.520/02 e Súmula 51 do TCESP.
- 2.2.4 Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.
- 2.2.5 Que não possuírem ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação.
- **2.2.6** Sob processo de falência, recuperação judicial que não apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital ou insolvência civil, conforme Súmula nº 50 do TCESP ou insolvência civil;
- **2.2.7** Impedidas de licitar e contratar com a Administração Municipal de Jambeiro e quaisquer de seus órgãos descentralizados;

#### 3 - CREDENCIAMENTO

- **3.1.** Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes, deverá ser apresentado o que se segue:
- **3.1.1.** Quanto aos representantes:
- **b)** Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, juntamente com o documento de identidade do signatário, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento, nos termos do Art. 3º da Lei 13.726 de 08/10/2018. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";
- **c)** O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.
- **b)** Tratando-se de Procurador, instrumento público de procuração ou instrumento particular, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, **juntamente com o documento de identidade do signatário**, ou estando este presente e assinando o documento diante do agente, lavrar sua autenticidade no próprio documento, nos termos do Art. 3º da Lei 13.726 de 08/10/2018. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem "a";
- e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.
- f) Será admitido apenas 1 (um) **representante** para cada licitante credenciado. Sendo que cada representante poderá representar uma única licitante, ficando vedada a substituição do representante em sessões subsequentes em havendo a suspensão da sessão.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

- **3.1.2.** Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo V** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação).
- **3.1.3.** Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:
- Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação).

## 4 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**4.1.** - A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Denominação da empresa:

Envelope nº 1 - Proposta Comercial

Pregão Presencial nº. 013/2023

Denominação da empresa: **Envelope nº 2 - Habilitação** Pregão Presencial nº 013/2023

#### 5 - PROPOSTA

- **5.1.** A **Proposta** deverá ser apresentada impressa em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.
- **5.2.** Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.
- 5.3. Deverão estar consignados na proposta:
- 5.3.1. A razão social da proponente, endereço completo / CEP, telefone, e-mail e CNPJ do licitante;
- **5.3.2. Valor unitário e valor global** em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação:
- **a)** O preço ofertado é fixo e irreajustável e poderá ser apresentado com precisão de 02 (duas) casas decimais;
- b) Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.
- **5.3.4.** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60** (sessenta) **dias** contados a partir da data de sua apresentação;
- **5.3.5.** Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- **5.3.6. Declaração** impressa na proposta de que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no anexo II Termo de Referência.
- **5.4.** A proposta deverá estar **datada e devidamente assinada** pelo representante legal da empresa.
- 5.5 Indicação da Marca do combustível

#### 6 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

Para a habilitação todos licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar a **Documentação Completa**, na seguinte conformidade:



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

**6.1.** - No que se refere à **DOCUMENTAÇÃO COMPLETA**, os licitantes deverão apresentar:

#### **6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso:

- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- **a1)** Os documentos descritos no subitem "a" deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- **a2)** Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item **6.1.**, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 3 deste edital.
- **b)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- **c)** Os documentos relacionados no subitem "a" não precisarão constar do Envelope nº 2 Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

#### 6.1.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- **a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério Fazenda (CNPJ);
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **c.1)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **c.2)** Certidão de Regularidade Estadual **ou** declaração de isenção **ou** de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- **c.3)** Certidão Negativa de Débitos Mobiliários Municipal ou Certidão Positiva de Débito com efeitos de negativa.
- **d)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943;
- f) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- **f.1)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- **f.2)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, <u>a contar do momento em que for declarado vencedor</u>, nos termos do art. 43, § 1° da Lei Complementar Federal nº 123/06, prorrogáveis por igual período, a critério desta prefeitura, para a regularização da documentação,



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**f.3)** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem f.2, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

#### 6.1.3. - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- **a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- b) Poderão participar do certame os licitantes que apresentarem certidão positiva de recuperação judicial, desde que comprove, pelos documentos hábeis, que o plano de recuperação judicial foi deferido e homologado, por decisão transitada em julgado, do juízo da recuperação judicial. Elucide-se que se trata da decisão concessiva do beneficio da recuperação judicial e não da decisão na qual o juízo manda processar a recuperação judicial. No caso da recuperação extrajudicial o licitante deverá comprovar que o plano de recuperação foi homologado judicialmente. A participação do licitante em recuperação judicial e extrajudicial só será permitida, nos termos do plano devidamente homologado, nos termos da Súmula 50 do TCESP.

#### 6.1.4. - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- **a)** Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (Anexo VI).
- **b)** Registro na ANP Agência Nacional do Petróleo, de acordo com a Portaria 116/2000 e alterações posteriores.

#### 6.1.5. - QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL-PROFISSIONAL

**6.1.5.1.** - Atestado que comprove aptidão de desempenho de atividade pertinente e **compatível com o objeto desta licitação**, por meio da apresentação de **atestado(s)** expedido(s), necessariamente em nome do licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado.

#### 6.2. - DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- **6.2.1.** Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, autenticada por servidor da administração, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação.
- **6.2.2.** Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- **6.2.3.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90** (noventa) **dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **6.2.4.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **6.2.5.** Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

- **6.2.6.** O Pregoeiro ou a Equipe de apoio poderá diligenciar efetuando consulta direta nos *sites* dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por meio eletrônico.
- **6.2.7.** Todas as certidões exigidas poderão ser apresentadas Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa.

#### 7 - PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- **7.1.** No horário e local indicados neste Edital será aberta a sessão pública, iniciandose pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 3.1.
- **7.2.** Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao(a) Pregoeiro(a) os **envelopes nº 1 e nº 2,** contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação.
- **7.3.** O julgamento será feito pelo critério de **menor preço global**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital.
- **7.4.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:
- **7.4.1.** Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital.
- **7.4.2.** Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes.
- **7.4.3.** Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.
- **7.5.** Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.
- **7.6.** As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:
- **7.6.1.** Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10**% (dez por cento) superiores àquela.
- **7.6.2.** Não havendo pelo menos **três** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **três**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes.
- **7.6.3.** O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços.
- **a)** O licitante sorteado em primeiro lugar escolherá a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **7.7.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço unitário.
- **7.8.** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- **7.9.** Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- **7.9.1.** Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- **7.9.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

- **a)** Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência nos termos da LC 123/2006 e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5** (cinco) **minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão.
- **b)** Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.
- **b.1)** Entende.se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- **7.9.3.** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- **7.9.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.9.1.
- **a)** Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.9.4, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.
- **7.10.** Após a fase de lances, serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 7.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.
- **7.11.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- **7.12.** O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- **7.13.** Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **7.14.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificada o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.
- **7.15.** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.
- **7.16.** A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **7.17.** Esta Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.
- **7.18.** Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado** e **declarado vencedor**.
- **7.19.** Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

**7.20.** - Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

**7.21.** - O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

#### 8- DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- **8.1-** Até dois dias úteis da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências, que poderá ser enviadas por email (<u>licitacao@jambeiro.sp.gov.br</u>) ou impugnar o ato convocatório do Pregão. A petição será encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil.
- **8.2** Eventual impugnação deverá ser dirigida ao(a) Pregoeiro e poderá ser protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jambeiro, situado na Rua Cel. João Franco de Camargo, 80, Centro, Jambeiro/SP ou encaminhada para o email licitacao@jambeiro.sp.gov.br.
- **8.2.1** Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.
- **8.3** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.
- **8.4**. As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

#### 9 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

- **9.1.** Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal e motivada imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **três dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **9.1.1.** A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **9.1.2.** Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- **9.1.3. -** O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.1.4.** Os recursos devem ser protocolados no setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jambeiro, sito a Rua Cel. João Franco de Camargo, 80, Centro, Jambeiro, CEP 12.270-000, dirigidos ao Prefeito Municipal.
- **9.1.6.** Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.
- **9.1.7.** Admite-se impugnação somente em caráter presencial, ficando a validade do procedimento condicionada à protocolização do original, no PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL no prazo de **48 horas** sendo que solicitações de esclarecimento poderão ser enviadas por e-mail (<u>licitacao@jambeiro.sp.gov.br</u>).



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### 9.2. - DA ADJUDICAÇÃO

- **9.2.1.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).
- **9.2.2.** Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

#### 9.3. - DA HOMOLOGAÇÃO

- **9.3.1.** Compete à autoridade competente homologar o Pregão.
- **9.3.2.** A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar a Contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).
- **9.3.3.** As publicações dos atos oficiais referentes a este Pregão serão publicadas no Diário Oficial do Estado e conforme Lei Orgânica do Município.
- **9.3.4.** A convocação para assinatura da Contrato será feita da mesma maneira descrita no item **9.3.3**.

#### 10 - CONTRATO E CONTRATAÇÕES

- **10.1** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de **termo de contrato**, cuja **minuta** integra este Edital, e será subscrito pela autoridade que assinou o edital.
- **10.2** O Contrato deverá registrar o preço e o fornecedor do serviço, com observância da ordem de classificação, das quantidades e das condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- **10.3** O Contrato deverá ser assinado pelos vencedores no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da convocação. O contratado que deixar de fazê-lo no prazo estabelecido, estará incurso nas sanções inscritas no artigo 7° da Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002.
- **10.4** Colhidas às assinaturas, esta Prefeitura Municipal providenciará a publicação do Contrato.
- 10.5 O contrato terá validade de 12 meses.
- **10.6** A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade, nos termos do art. 55 da Lei de Licitação.
- **10.7** Assegurados o contraditório e a ampla defesa, o fornecedor do bem terá seu Contrato cancelado quando:
- 10.7.1 Descumprir as condições do Contrato;
- **10.7.2** Recusar-se a celebrar o Contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido por esta Prefeitura Municipal, sem justificativa aceitável;
- **10.7.3** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, de acordo com a Súmula 51 do TCESP.
- **10.8** Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu Contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- 10.9 Os fornecedores incluídos no Contrato estarão obrigados a fornecer, nas



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e no próprio Contrato.

#### 11 - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

- **11.1** A Ordem de Serviço será expedida após a assinatura do Contrato indicará: o nome da Empresa, o local de entrega ou da prestação de serviço, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a fornecer ou prestar o serviço no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas no Contrato.
- **11.1.1** A Ordem de Serviço será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informados na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração dos dados informados em sua proposta comercial.
- **11.1.2** O prestador de serviço que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da ordem de entrega/serviço no prazo de **O1 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.
- **11.1.4** O responsável pelo recebimento fará a conferencia dos serviços que deverá estar de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, podendo, se for ocaso, recusar parcialmente ou totalmente o material caso o mesmo apresente defeitos ou não atendam as especificações técnicas descritas no termo de referência.
- **11.2** A contratação com prestador de serviços será formalizada por intermédio de Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de serviço ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8666/93.
- **11.3** É vedado à CONTRATADA subcontratar totalmente a prestação de serviços ora ajustado.

#### 12 - DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

**12.1** - A despesa decorrente da contratação estimada em **R\$ 1.817.900,00 (hum milhão oitocentos e dezessete reais e novecentos centavos)** e onerarão os seguintes recursos orçamentários e financeiros do exercício 20232:

01 - GABINETE DO PREFEITO

01.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0001 – Administração Geral

2001 - Manutenção das Ações Administrativas do Gabinete

6 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - Setor de Administração Geral

04.122.0004 - Administração Geral

2104 - Manutenção de Gestões Administrativas e Recursos Humanos

39 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.01 - Setor do Ensino Fundamental

12.361.0010 - Ensino Fundamental

2115 – Manutenção de Gestões para Desenvolvimento de Ensino Fundamental

96 - 3.3.90.30.00.00.00.01.220 - Material de Consumo

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.05 - Setor do Ensino Médio

12.362.0014 - Ensino Médio

2126 - Manutenção de Ações destinadas ao Ensino Médio

117 - 3.3.90.30.00.00.00.01.230 - Material de Consumo

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

05.06 - Setor do Ensino Superior

12.364.0015 - Ensino Superior

2127 - Manutenção de Ações destinadas ao Ensino Superior

185 - 3.3.90.30.00.00.00.01.230 - Material de Consumo

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016 - Atenção Básica

2128 - Manutenção de ações com Desenvolvimento Sustentável

199 - 3.3.90.30.00.00.00.01.310 - Material de Consumo

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISNTENCIA SOCIAL

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0020 - Assistência Comunitária

2135 - Manutenção de Ações destinadas ao Desen.. Da Assistência Social

245 - 3.3.90.30.00.00.00.01.510 - Material de Consumo

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.02 - SERM

26.782.0024 - Transporte Rodoviário

2142 - Manutenção das Atividades do SERM

296 - 3.3.90.30.00.00.00.01.140 - Material de Consumo

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.03 - Setor de Serviços Urbanos

15.452.0025 - Serviços Urbanos

2144 - Manutenção de Ações destinadas ao Desenvol. Urbano

316 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.03 - Setor de Serviços Urbanos

15.452.0025 - Serviços Urbanos

2144 - Manutenção de Ações destinadas ao Desenvol. Urbano

317 - 3.3.90.30.00.00.00.01.140 - Material de Consumo

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

09.01 – Setor de Agricultura

20.606.0028 Extensão Rural

2147 - Manutenção de Ações destinadas ao incentivo a produção rural

340 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

10.01 – Setor de Agricultura

20.606.0028 Extensão Rural

2148 - Manutenção Das atividades ao Meio Ambiente

352 - 3.3.90.30.00.00.00.00.01.140 - Material de Consumo

#### 13 - FORMA DE PAGAMENTO

**13.1** - O pagamento serão efetuados mensalmente pela Tesouraria do Contratante com base nos serviços executados em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento do objeto, no qual deverá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica (Portaria CAT nº 173/2009) que será devidamente atestada pelo Setor responsável.

13.2 A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

encerramento em dias de expediente no CONTRATANTE.

- **13.3** Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- **13.4** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções, no qual será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.
- **13.5** Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Tesouraria no prazo de 2 (dois) dias e no caso da não apresentação da carte de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.
- **13.6** Todas as Notas Fiscais deverá estar acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal (Tributos Federais, FGTS e Trabalhistas), haja vista que a empresa contratada deverá apresentar as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista quando do momento da habilitação no certame licitatório, de acordo com o art. 55, XIII da Lei de Licitação.
- **13.7** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados proporcionalmente, em relação ao atraso verificado.

#### 14 - SANÇÕES

- **14.1** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, FALHAR ou FRAUDAR na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7° da Lei Federal nº 10.520/02.
- **14.2** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- **14.3.** Além disso constitui motivo para rescisão do presente Contrato, o descumprimento de quaisquer cláusulas compactuadas, em especial o atraso da entrega dos serviços ou falta de pagamento de parcelas nos prazos estabelecidos.
- **14.4.** Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente certame, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções: a. Advertência:
- b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação;
- c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **14.5.** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita à multa tratada no item "b" acima:



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

- I. Pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- II. Pelo atraso na execução do serviço, sem causa ou motivo justificável;
- III. Pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais ou inexecução das condições inscritas no termo de referência.
- **14.5.** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação

#### 15 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- **15.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **15.2.** A homologação e a convocação para assinatura do Contrato será divulgado no DOE.
- **15.3.** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados conforme disposição da Lei Orgânica do Município.
- **15.4.** Após a celebração do Contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.
- **15.5.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- **15.6.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Caçapava.

Jambeiro, em 28 de fevereiro de 2023.

CARLOS ALBERTO DE SOUZA Prefeito Municipal



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600



#### PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL Nº 446/2023

#### PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 013/2023

#### EDITAL Nº 014/2023

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura Municipal e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remete-lo à Seção de Licitações, pelo e-mail licitação@Jambeiro.sp.gov.br.

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Jambeiro da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página (<u>www.jambeiro.sp.gov.br</u>) para eventuais comunicações e ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

#### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

(enviar pelo e-mail licitacao@jambeiro.sp.gov.br)

#### PREGÃO (PRESENCIAL) n° 013/2023

Denominação:				
CNPJ:				
Endereço:	r	n° Ba	irro	
Cidade:	Estado	c	EP	
E-mail:				
Telefone:				
Obtivemos, por meio do acinstrumento convocatório o			g <u>ov.br</u> , nest	a data, cópia do
Local:	, de _			de 2021.
Nome:		RG		



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600



# ANEXO II - <u>TERMO DE REFERÊNCIA</u> PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL N° 446/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 013/2023 EDITAL N° 014/2023

#### 1. OBJETO

AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	GASOLINA COMUM	LITRO	95.000
02	DIESEL S10	LITRO	195.000
03	ETANOL	LITRO	5.000

Poderão participar deste Pregão empresas com posto de abastecimento localizado a no máximo 25 (vinte e cinco) quilômetros de distância da garagem municipal da Prefeitura de Jambeiro – SP, localizada na Rua Major Gurgel, 846, Centro, Jambeiro – SP



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600



#### ANEXO III - PROPOSTA COMERCIAL

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL N° 446/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) N° 013/2023 EDITAL N° 014/2023

Fornecedor:	C.N.P.J.:						
Endereço:			Bairro:				
Município:	Estado:		Fone:				
SENHOR FORNECEDOR: Solicitamos de Vossa Senhoria, apresentação, dentro do prazo estipulado							

**SENHOR FORNECEDOR:** Solicitamos de Vossa Senhoria, apresentação, dentro do prazo estipulado neste PREGÃO, os preços e demais condições, para o fornecimento dos materiais conforme especificações abaixo e conforme Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LITRO	95.000		
02	DIESEL S10	LITRO	195.000		
03	ETANOL	LITRO	5.000		

Prazo de validade da proposta (no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos envelopes).

**Declaro** que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.

**Declaro** conforme Item 5.3.7 do *Edital do Pregão 013/2023*, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo II – Termo de Referência.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

- . LEI N°. 10.520/02.
- . LEI N°. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.
- . EDITAL 014/2023 PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 013/2023.
- . DEMAIS NORMAS E LEGISLAÇÕES VIGENTES PERTINENTES À MATÉRIA.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prese	tação de serviço por
prazo determinado, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE JAN	MBEIRO, Estado de
São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no O	CNPJ/MF sob n°.
45.190.824.0001/00, com sede na Rua Cel. João Franco de Cama	argo, nº80, Centro,
Jambeiro - SP, CEP 12.270-000, devidamente representada por seu	Prefeito Municipal,
CARLOS ALBERTO DE SOUZA, denominada simplesmente "CONTRA	TANTE", e o Gestor
do Contrato, portador do RG e	CPF e
a empresa, inscrita no CNPJ sob n.º	, com sede na
, n.°,, representada na for	rma de seu contrato
social pelo Sr(a.) e CPF n° e CPF n°	, na qualidade de
vencedora do Pregão em epígrafe, doravante denominada CONTRATA	ADA, nos termos da
Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, Lei Feder	ral Nº 10.520, de 17
de julho de 2002, firmam o presente contrato com as seguintes cláusul	las:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	GASOLINA COMUM	LITRO	95.000		
02	DIESEL S10	LITRO	195.000		
03	ETANOL	LITRO	5.000		

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- **2.1** A Ordem de Serviço será expedida após a assinatura do Contrato indicará: o nome da Empresa, o local de entrega ou da prestação de serviço, o item e a quantidade solicitada. A Contratada fica obrigada a fornecer ou prestar o serviço no prazo pactuado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas no Contrato.
- **2.1.1** A Ordem de Serviço será enviada ao fornecedor por meio de e-mail informados na proposta comercial da Empresa; será ônus da empresa vencedora comunicar eventual alteração dos dados informados em sua proposta comercial.
- **2.1.2** O prestador de serviço que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da ordem de entrega/serviço no prazo de **O1 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.
- **2.1.4** O responsável pelo recebimento fará a conferencia dos serviços que deverá estar de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, podendo, se for ocaso, recusar parcialmente ou totalmente o material caso o mesmo apresente defeitos ou não atendam as especificações técnicas descritas no termo de referência.
- **2.2** A contratação com prestador de serviços será formalizada por intermédio de Contrato, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de serviço ou outro similar, conforme disposto no artigo 62, da Lei 8666/93.
- **2.3** É vedado à CONTRATADA subcontratar totalmente a prestação de serviços ora ajustado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

**3.1.** Os serviços deverão ser executados pelo período de 12 meses.



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**4.1** – O presente contrato tem o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_) e as despesas decorrentes da prestação de serviço, serão os provenientes de recursos próprios e onerará as seguintes dotações orçamentárias::

01 – GABINETE DO PREFEITO

01.01 - Gabinete do Prefeito

04.122.0001 – Administração Geral

2001 - Manutenção das Ações Administrativas do Gabinete

6 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

#### 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 - Setor de Administração Geral

04.122.0004 - Administração Geral

2104 - Manutenção de Gestões Administrativas e Recursos Humanos

39 – 3.3.90.30.00.00.00.01.110 – Material de Consumo

#### 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.01 – Setor do Ensino Fundamental

12.361.0010 - Ensino Fundamental

2115 - Manutenção de Gestões para Desenvolvimento de Ensino Fundamental

96 - 3.3.90.30.00.00.00.01.220 - Material de Consumo

#### 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.05 - Setor do Ensino Médio

12.362.0014 - Ensino Médio

2126 - Manutenção de Ações destinadas ao Ensino Médio

117 - 3.3.90.30.00.00.00.01.230 - Material de Consumo

#### 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

05.06 - Setor do Ensino Superior

12.364.0015 - Ensino Superior

2127 - Manutenção de Ações destinadas ao Ensino Superior

185 - 3.3.90.30.00.00.00.01.230 - Material de Consumo

#### 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0016 - Atenção Básica

2128 - Manutenção de ações com Desenvolvimento Sustentável

199 - 3.3.90.30.00.00.00.01.310 - Material de Consumo

#### 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISNTENCIA SOCIAL

07.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0020 - Assistência Comunitária

2135 - Manutenção de Ações destinadas ao Desen.. Da Assistência Social

245 - 3.3.90.30.00.00.00.01.510 - Material de Consumo

#### 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.02 - SERM

26.782.0024 - Transporte Rodoviário

2142 - Manutenção das Atividades do SERM

296 - 3.3.90.30.00.00.00.01.140 - Material de Consumo



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.03 - Setor de Serviços Urbanos

15.452.0025 - Serviços Urbanos

2144 - Manutenção de Ações destinadas ao Desenvol. Urbano

316 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

08.03 - Setor de Serviços Urbanos

15.452.0025 - Serviços Urbanos

2144 - Manutenção de Ações destinadas ao Desenvol. Urbano

317 - 3.3.90.30.00.00.00.01.140 - Material de Consumo

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

09.01 - Setor de Agricultura

20.606.0028 Extensão Rural

2147 – Manutenção de Ações destinadas ao incentivo a produção rural

340 - 3.3.90.30.00.00.00.01.110 - Material de Consumo

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

10.01 – Setor de Agricultura

20.606.0028 Extensão Rural

2148 - Manutenção Das atividades ao Meio Ambiente

352 - 3.3.90.30.00.00.00.01.140 - Material de Consumo

- **4.2** O pagamento serão efetuados mensalmente pela Tesouraria do Contratante com base nos serviços executados em até 30 (trinta) dias a partir do recebimento do objeto, no qual deverá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica (Portaria CAT nº 173/2009) que será devidamente atestada pelo Setor responsável.
- **4.3** A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente no CONTRATANTE.
- **4.4** Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- **4.5** Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções, no qual será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da documentação fiscal.
- **4.6** Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitada à CONTRATADA, carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para a Tesouraria no prazo de 2 (dois) dias e no caso da não apresentação da carte de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.
- **4.7** Todas as Notas Fiscais deverá estar acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal (Tributos Federais, FGTS e Trabalhistas), haja vista que a empresa contratada deverá apresentar as mesmas condições de regularidade fiscal e trabalhista quando do momento da habilitação no certame licitatório, de acordo com o art. 55, XIII da Lei de Licitação.
- **4.8** Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados proporcionalmente, em relação ao atraso verificado.

#### CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**5.1-** Fornecer ou executar, nas condições previstas no Edital do Pregão nº. 013/2023 e



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

neste contrato, os produtos e serviços objeto deste ajuste.

- **5.2** Ficar responsável pelas operações de transporte, carga e descarga.
- **5.3** Manter durante toda a vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

- **6.1** Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.
- **6.2** A CONTRATANTE caberá, ao seu critério, através da pessoa indicada especialmente para tal fim, o servidor \_\_\_\_\_\_\_\_, exercer amplo e permanente acompanhamento e fiscalização de todos os serviços executados pela Contratada e pelo comportamento dos mesmos no tratamento com os servidores.
- **6.3** Permitir acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local determinado para entrega do produto/execução dos serviços.
- **6.4** Comunicar à CONTRATADA sobre qualquer irregularidade no fornecimento do produto/execução do serviço.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - SANÇÕES

- **7.1** Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para este certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, FALHAR ou FRAUDAR na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito à sanção prevista no artigo 7° da Lei Federal n° 10.520/02.
- **7.2** O não cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato ou a ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, autorizam, desde já, o CONTRATANTE a rescindir, unilateralmente, este contrato, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicável, ainda, o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal, no caso de inadimplência.
- **7.3.** Além disso constitui motivo para rescisão do presente Contrato, o descumprimento de quaisquer cláusulas compactuadas, em especial o atraso da entrega dos serviços ou falta de pagamento de parcelas nos prazos estabelecidos.
- **7.4.** Pela inexecução total ou parcial do objeto do presente certame, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- a. Advertência;
- b. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, recolhida no prazo de 10 (dez) dias úteis da comunicação;
- c. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- **7.5.** Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita à multa tratada no item "b" acima:
- I. Pela recusa injustificada em assinar o contrato;
- II. Pelo atraso na execução do serviço, sem causa ou motivo justificável;
- III. Pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas contratuais ou inexecução das condições inscritas no termo de referência.
- **7.5.** No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação

#### CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1- Considera-se parte integrante deste ajuste, como se nele estivessem transcritos, o



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

Edital do Pregão nº. 013/2023 com seus Anexos e a(s) proposta(s) da(s) CONTRATADA(S); **8.2**- A existência de preços registrados não obriga a PREFEITURA a firmar as contratações

que deles poderão advir.

#### CLÁUSULA NONA - FORO

- **9.1** O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente Contrato é o Foro da Comarca de Caçapava SP.
- **9.2** Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente contrato que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes.

Jambeiro, de de 2023.	
Prefeitura Municipal de Jambeiro – SP Carlos Alberto de Souza Prefeito Municipal	
Nome RG e CPF Gestor	
CONTRATADA:	
Empresa: Representante Legal:	
Testemunhas:	



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

### ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

CONTRATADO: CONTRATO Nº:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE

REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

ADVOGADO: Rodrigo Marcelo de Oliveira Souza - OAB nº 191.459 - procuradoria@jambeiro.sp.gov.br

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela <u>contratante</u> estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2° das Instruções n°01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

#### Jambeiro, XX de XXXXXXXXX de 2023

<u>AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE</u> :	<u>RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO</u>
Nome: Carlos Alberto de Souza	CERTAME:
Cargo: Prefeito Municipal	Nome: Carlos Alberto de Souza
CPF: 291.683.179-72	Cargo: Prefeito Municipal
	CPF: 291.683.179-72
	Assinatura:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:	PELA CONTRATADA:
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE: Pelo contratante:	PELA CONTRATADA: Nome:
Pelo contratante:	Nome:
Pelo contratante: Nome: Carlos Alberto de Souza	Nome: CPF:
Pelo contratante:  Nome: Carlos Alberto de Souza  Cargo: Prefeito Municipal	Nome: CPF:

#### ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:	Carlos P	Alberto	de	Souza	L
Cargo:	Prefeito	Munic	ipa	1	

CPF: 291.683.179-72 - Assinatura: \_\_\_\_\_\_



R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### ANEXO LC-02 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP

Conforme as Instruções nº 01/2020 Área Municipal do TCESP.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO

CNPJ N°:

CONTRATADA:

CNPJ N°:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA: VIGÊNCIA: 12 MESES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE

REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

VALOR (R\$):

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Em se tratando de obras/serviços de engenharia:

Declaro(amos), na qualidade de responsável(is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- a) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- b) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- c) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou servicos a serem executados no exercício
- d) Financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- e) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- f) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

Jambeiro, de de 2023

CARLOS ALBERTO DE SOUZA Prefeito Municipal de Jambeiro

OBS.: DOCUMENTO INFORMATIVO PARA ELABORAÇÃO JUNTAMENTE COM O CONTRATO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP



TEL / FAX : (012) 3978-2600

#### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO (modelo)

Eu		(nome o	completo), R	G n°		,
representante legal da	empresa		(deno	minação	da p	essoa
jurídica)	_, CNPJ n°			, DECLA	RO, s	ob as
penas da lei, que a e	empresa cumpre	plenamente a	s exigências	e os re	quisit	os de
habilitação previstos no	instrumento con	vocatório do <b>Pr</b> o	egão n° 013/	<b>2023</b> , re	alizad	o pela
Prefeitura Municipal de d	Jambeiro, inexist	indo qualquer fa	ato impeditivo	o de sua p	oartici	pação
neste certame.						
		,	de		de	2021.
	Assinatura do	Representante	Legal			

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP



TEL / FAX: (012) 3978-2600

#### **ANEXO VI**

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (modelo)

DECLARO, sob	as pen	as da le	i, sem pr	ejuízo da	as sanções	s e mu	ltas p	orevistas	neste ato
convocatório,	que a	a empr	esa		(denomin	ação	da	pessoa	jurídica)
	_, CNF	PJ n° _			é				
(microempresa	ou em	presa de	pequen	o porte)	nos term	os do e	enqua	drament	o previsto
na <b>Lei Compl</b> e	ementa	r n° 123	3, de 14	de dez	embro de	2006	, cuj	os termo	s declaro
conhecer na in	itegra,	estando	apta, poi	rtanto, a	exercer o	o direi	to de	preferêr	icia como
critério de dese	mpate 1	no proced	limento li	icitatório	do <b>Pregão</b>	o nº 0	13/20	<b>)23</b> , real	izado pela
Prefeitura Muni	icipal de	Jambeir	o.						
						de			_ de 2021.
		Assi	natura do	o Repres	entante Le	gal			

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAMBEIRO R. CEL. JOAO FRANCO DE CAMARGO, 80 - CEP 12.270-000 - JAMBEIRO - SP



TEL / FAX: (012) 3978-2600



#### DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO (modelo)

Eu					(nome	completo	), represe	ntante
legal da empi	resa	(c	lenomina	ação da pes	soa jurí	dica)		,
interessada e	m participar d	o <b>Pregão</b>	Presenc	ial nº 013/	<b>2023</b> , d	a Prefeit	ura Munici	pal de
Jambeiro,	declaro,	sob	as	penas	da	lei,	que	a
				(der	nominaçã	io da	pessoa ju	rídica)
encontra-se e	em situação r	egular pe	rante o	Ministério	do Traba	alho, no	que se re	fere à
observância d	lo disposto no	inciso XX	XIII do a	rtigo 7º da	Constitu	ição Fed	eral.	
					de		de	2021.
		Assinatu	ra do Re	presentante	Legal			